

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	1
5.2 Descrição dos controles internos	4
5.3 Programa de integridade	7
5.4 Alterações significativas	9
5.5 Outras informações relevantes	10

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

I. Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos
- Riscos Financeiros
- Riscos de Conformidade
- Riscos Operacionais

II. Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

(1) Identificação dos Riscos

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A área de Gestão de Riscos atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

(2) Avaliação de Riscos

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela área de Gestão de Riscos e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

(3) Respostas (tratamento) aos Riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

(4) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, subordinada a Vice Presidência Executiva e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

(5) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

(6) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance, a qual responde diretamente Vice-Presidente Executivo e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. As áreas atuam de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente, demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenador, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação deles sempre que necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, os erros e deficiências identificadas no ambiente de controles internos não impactaram, de forma relevante, as Demonstrações Financeiras emitidas.

b) estruturas organizacionais envolvidas

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação. As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual estão subordinadas a área contábil e o planejamento financeiro.

Dentro da estrutura da Controladoria, a área de controles internos é responsável pelo processo de implementação de controles para mitigar potenciais erros que possam afetar de maneira relevantes as Demonstrações Financeiras.

A Companhia possui ainda a área de Auditoria, riscos e compliance, responsável pela realização de trabalhos voltados ao compliance operacional e auditorias específicas, a que reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia:

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos através do programa de monitoramento executado pela área de controles internos e por meio de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Adicionalmente, o Ecossistema Ânima possui uma área dedicada à implementação de controles internos e melhoria de processos financeiros vinculada à Controladoria, na Vice-Presidência de Finanças, responsável por aumentar a profundidade e experiência em relação ao tema dentro das equipes de contabilidade e finanças, desenhando e implementando processos, sistemas e controles internos que suportam as Demonstrações Financeiras.

Atualmente, está em andamento um projeto de revisão e implementação de controles em todas as áreas que possuem processos relevantes que suportam as Demonstrações Financeiras.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

A auditoria externa, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Companhia

5.2 Descrição dos controles internos

sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas na avaliação do auditor independente e suas respectivas recomendações:

Aprimorar o processo de gestão de acessos

Até 31/12/2022 o procedimento para solicitação de novos acessos exigia a indicação de um usuário-espelho para definição dos privilégios a serem concedidos, não havendo até então uma definição formal de perfis de usuários específicos de cada área com seus respectivos privilégios. Solicitações referentes a acessos "básicos/padrões" são concedidas tempestivamente pela TI desde que a solicitação tenha sido formalizada, entretanto, permanece em andamento o plano de ação para criação/ definição formal de outros perfis de acesso específicos por funções, detalhando inclusive perfis conflitantes e riscos associados.

Recomenda-se a criação de perfis de usuários com níveis de privilégio adequados para as diversas áreas da Companhia, de acordo com os diversos papéis e funções desempenhadas nas diversas áreas do negócio. Adicionalmente, recomenda-se a implementação de um workflow de aprovação definido via ferramenta de solicitação, visando garantir que os acessos concedidos foram devidamente avaliados e aprovados. Tal controle deve ser arquivado na área para possibilitar consultas futuras, bem como comprovar que foi realizado.

Aprimorar o processo de mudanças de programas

Até 31/12/2022 não havia sido implementado um controle formal que assegure que todas as modificações realizadas no ambiente produtivo do Grupo foram devidamente formalizadas via sistema de chamados, passaram por testes de homologação (os quais devem ser devidamente evidenciados no chamado) antes de serem implementadas em produção, ou mesmo que foram implementadas por usuários diferentes daqueles que a desenvolveram.

Recomenda-se que seja implementado um controle formal para o processo de gestão de mudanças, de forma a garantir que para toda mudança haverá um chamado correspondente, evidenciando o teste de homologação realizado e aprovação do usuário solicitante antes que a mudança seja colocada em produção. Adicionalmente, recomenda-se a criação de um controle manual que possua frequência e responsável definidos, para revisão dos logs das mudanças realizadas diretamente em produção, e que deve focar nas atividades mais críticas realizadas pelos administradores como, por exemplo: alterações, criação e deleção de dados relevantes.

e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia entende que as deficiências significativas nos controles internos apontadas nos relatórios descritos no item (d) acima não impactaram de forma relevante as Demonstrações Financeiras e está executando planos de ação para correção das deficiências significativas identificadas.

(i) Durante o exercício de 2022, em relação ao processo de gestão de acessos, uma plataforma específica foi implementada e é a responsável pelo gerenciamento de identidades e de acessos lógicos (IAM/IGA) no Ecossistema Ânima. Com isto, todo o ciclo de vida de acessos lógicos (desde a concessão de acesso a um(a) novo(a) educador(a), até seu efetivo desligamento da companhia) já é gerenciado e monitorado.

Como prática, periodicamente ocorre o monitoramento transacional visando garantir a eficácia dos controles que já estão implementados. Adicionalmente, durante o ano foram conduzidas ações relacionadas à revisão dos acessos lógicos de alguns sistemas de informação críticos, constatando que o risco de acessos indevidos não se materializou.

Ademais, para alguns sistemas de informação críticos também se estabeleceu um projeto de redesenho de perfis (visando padronização e direcionamento de permissões adequadas aos(às) educadores(as) baseadas em suas atividades e funções) e será concluído em 2023.

5.2 Descrição dos controles internos

Para o próximo ano fiscal, se busca a melhoria contínua em relação à governança das identidades e acessos e focada nas automações.

(ii) Em relação ao processo de mudanças de programas, durante o ano de 2022, em conjunto com o time de Controles Internos, alguns controles internos de tecnologia relacionados ao gerenciamento de mudanças foram estabelecidos.

Foram conduzidas ações voltadas aos pipelines de desenvolvimento, sendo: (i) análise de segregação de função (desenvolvedor vs revisor (QA) vs implantador PRD); (ii) homologação (UAT) pelo solicitante; (iii) aprovação do solicitante.

Para o próximo ano fiscal, se busca a melhoria contínua, visando direcionar o foco para o gerenciamento de liberação, garantindo a adequação à boa prática 'DevSecOps'.

5.3 Programa de integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Conduta e Ética, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis, operacionais e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

Possuímos um canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance em conjunto com o Gestão de Pessoas e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto por representantes seniores indicados pelas áreas de Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão, Diretoria Jurídica, Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência Financeira, Vice Presidência Digital, Vice Presidência de Marketing, Vice Presidência de Transformação Digital e Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. Os riscos, políticas, práticas de integridade, as apurações realizadas e as decisões tomadas são avaliadas anualmente e reportadas ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas neste monitoramento o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e a Comissão de Ética.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado a este órgão temos ainda a Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance que é responsável pela implementação de um Programa de Integridade robusto que abarca diversas responsabilidades, incluindo o monitoramento e avaliação do nível de conformidade da Companhia, considerando suas Políticas e Normas internas, leis e regulação aplicável e o Código de Conduta e Ética desenvolvido e publicado pela Companhia. A Auditoria Interna age no sentido de operacionalizar, como terceira linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

A Comissão de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos e consequências previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia e outros normativos internos às partes envolvidas em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

iii. código de ética ou de conduta

Dispomos de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam nossos negócios, bem como políticas e procedimentos internos.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam por um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é

5.3 Programa de integridade

definida pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, sites institucionais, podendo ser acessados por qualquer parte interessada a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013 e pode ser acessado nos links abaixo (respectivamente):

- <http://ri.animaeducacao.com.br/>
- <https://contatoseguro.com.br/anima>

b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa: Contato Seguro), que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://contatoseguro.com.br/anima>.

O canal de denúncias é disponível para todas as partes interessadas e recebe relatos tanto de colaboradores internos quanto do público externo, abrangendo docentes, administrativos, alunos, fornecedores e membros da comunidade externa etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciante de boa-fé.

Todas as denúncias são investigadas pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e, quando necessário, com o envolvimento de outras áreas de negócio, tais como: Jornada do Aluno, Jornada do Candidato, Jornada do Educador, Vice Presidência de Estratégia Acadêmica, Vice Presidência de Transformação Digital, Vice Presidência de Serviços Acadêmicos e Jurídicos e Vice Presidência de Finanças, M&A e RI. Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência de Operações, Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão e Vice Presidência de Transformação Digital, sempre observando os critérios de sigilo e confidencialidade aplicáveis a todas as partes envolvidas no contexto das investigações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não foram confirmados casos relacionados.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, possuímos um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública. Ademais, uma Política Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que adotamos uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Endividamento

Conforme informado em itens anteriores, a alavancagem e flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações e a nova estrutura de capital em decorrência de captações de recursos para a aquisição das instituições da Laureate no Brasil, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados.

Mais detalhes dos contratos firmados e limites de covenants estão apresentados no item 2.1, F “Nível de endividamento e características de tais dívidas” deste formulário.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.